

VAGNER DE OLIVEIRA CRUZ

Feminino: a construção histórica do papel social da mulher.

Resumo:

O presente artigo aborda a questão do comportamento social, partindo da premissa de que sua constituição se deu a partir da dinâmica entre os indivíduos. Sua instituição ao longo da história foi produzida no quadro de domínio masculino que impeliu sobre a mulher uma padronização comportamental na qual o feminino foi gradativamente pressionado a adotar um posicionamento social subordinado ao homem. Na constituição da padronização do papel social feminino, elementos como a medicina, a igreja e o estado foram fundamentais colaborando para a sistematização do comportamento social para a mulher, que durante a história, por meio das brechas do próprio sistema procurou romper tais estruturas.

Palavras chave: papel social, feminino, comportamento.

Ao longo da vida, somos impelidos pela sociedade a adotarmos determinado papel social. A obediência a estas constituições culturais se estabelece como fator de aceitação e gozo para com a sociedade. Como seres sociais, sofremos grande influência das constituições culturais organizadas ao longo da história. Claro que não ocorre a simples réplica dos comportamentos e padronizações sociais. A dinâmica da sociedade permite ao indivíduo a colaboração na constituição de modificações e adaptações em relação aos papéis sociais, embora haja pressão do coletivo social para a manutenção dos padrões seja preponderante.

Mas o que vem a ser papel social? O estabelecimento da conceituação de papel social foi absorvido da literatura e das obras teatrais, nas quais os atores se apresentam de forma organizada a partir de um elaborado conjunto de regras e textos previamente organizados, tendo a partir desta atuação, a busca pela aceitação e bom julgamento. Na aplicação da dinâmica teatral para a social, os atores que buscam o aplauso são os indivíduos, as pessoas que dia após dia passam por processos de interação com a sociedade. Esta por sua vez representa o público, havido por uma boa apresentação. O aplauso ou o julgamento se constituem da aceitação ou recusa da atuação individual no cenário da sociedade. Desta forma o papel social corresponde à atuação e produção do indivíduo dentro daquilo que a sociedade espera para ele.

Sua formulação se conecta a história. Desde os tempos antigos a mulher ininterruptamente foi vista como dependente do homem no aspecto econômico. Sua condição biológica, como uma espécie animal que sua descendência necessita de cuidados por anos, até o momento em que a cria seja capaz de interagir plenamente com o grupo, não conseguindo de outra forma sobreviver sozinho, legou ao longo dos séculos a mulher ao papel de cuidado para com os filhos enquanto o homem se responsabiliza pela provisão. Esta condição inicial para os homens e as mulheres serviu de ponto de partida para a dependência econômica e social da mulher em relação ao homem (MORGADO, 1985: 18).

Alem disto, a associação constituída nas civilizações ao longo da história relativa ao entendimento de que a menstruação era um símbolo da passagem da fase de infertilidade para a fertilidade, da juventude a condição adulta na qual se poderia ser mãe, colaborou para a associação da sexualidade feminina a condição da maternidade (MORGADO, 1985: 89).

A solidificação destes papéis sociais na mente humana faz com que as estruturas organizadas no passado ainda estejam presentes em nossos dias (BRANDEN, 1992: 19). Portanto o papel social é um aspecto cultural da vida humana. Sua organização se estabelece à medida que a dinâmica social ocorre entre os indivíduos, fazendo com que aspectos organizados como tradicionais ganhem força e se torne uma regra, de força quase biológica, para a programação dos padrões comportamentais, como se fossemos programados para tal modelo de comportamento.

Chama a atenção o fato de que na constituição da padronização comportamental, as necessidades de caráter econômico tiveram papel fundamental. A busca pela sobrevivência resultou ao longo da história no fortalecimento do homem, pois este se estabeleceu como provedor.

Nos mais remotos tempos, os humanos tinham maiores chances de sobrevivência a partir da vida coletiva. Tarefas como plantio, colheita, caça, criação da prole e a defesa dos riscos do mundo, tinham na vida em sociedade e na distribuição de funções a sua facilitação (BRANDEN, 1982: 20). Neste sentido, ao longo da história, a partir das necessidades humanas, se organizou a mentalidade quanto a percepção das funções sociais para o homem e a mulher.

Na antiguidade grega, onde se consolidou grande parcela das percepções humanas quanto à padronização dos comportamentos sociais válidos até nossos dias, Platão e Aristóteles¹ entendem que havia diferenças naturais entre o homem, que era dotado de civilização, e a mulher que era constituída somente de natureza. Segundo Badinter, Aristóteles “ *foi o primeiro a justificar, do ponto de vista filosófico, a autoridade do marido e do pai*” (BADINTER, 1985: 31), fomentando a naturalização da hierarquia entre os sexos.

A condição de subordinação da mulher ao homem trata-se de um constructo histórico conectado as relações entre os sexos e sua participação nas atividades relacionadas à sobrevivência do grupo. À medida que as atividades econômicas ligadas à subsistência da família, exercidas pelas mulheres, foram se convergindo como ocupações dos escravos, as mulheres sofreram um deslocamento quanto a sua função dentro da sociedade e “*não sendo mais parceiras dos homens na luta pela sobrevivência, as mulheres passaram a ter pouca importância no mundo masculino*” (BRANDEN, 1982: 30).

Desta forma, na Grécia Antiga, a relação entre o homem e a mulher no que diz respeito às questões de produção, favoreceram a preponderância do homem sobre a mulher, forjando o domínio masculino sobre ela, que passou a ser percebida como um complemento a sua vida. Para os gregos a convivência com a mulher por meio do casamento tinha sentido negativo e

¹ GONÇALVES, 2006:48, observa que na percepção destes filósofos, a mulher deveria ser submissa ao homem à medida que esta ordenação se estabeleceria a partir de uma ordem natural, legal, experimentando a mulher em relação ao homem a mesma inferioridade que o escravo tinha em relação ao seu proprietário.

positivo, sendo o primeiro ligado ao matrimônio e o segundo a produção de herdeiros que perpetuariam o nome e a herança. Para expor esta percepção quanto à dupla dinâmica entre o homem e mulher na Grécia antiga, Branden cita o poeta grego Pallatas que afirma que o casamento “*proporciona ao homem somente dois dias felizes: o dia em que leva a noiva para a cama e o dia que leva a esposa para o tumulo*” (BRANDEN, 1982: 24). Branden interpreta esta afirmação compreendendo que “uma esposa era dispendiosa, uma carga, e com frequência um estorvo à liberdade masculina” (BRANDEN, 1982: 25).

Contudo, para os gregos atenienses a função primordial do casamento se vinculava a procriação de herdeiros a quem legar a propriedade, sendo que o convívio com a mulher fora desta função era considerado um fardo a ser carregado ao longo da vida. Pautando-se neste ponto e vista, a sociedade ocidental, ao logo do tempo, organizou um modelo social no qual o homem voltava-se as práticas físicas e ao debate político e as mulheres, na condição de subordinação, eram percebidas como uma espécie de servidora, confiada às atividades domésticas (ENGELS, 2009: 83).

Na sociedade romana, as percepções quanto ao envolvimento e organização entre os sexos experimentada pelos gregos foram fortalecidas pelo advento da família monogâmica². Apesar de a mulher ter o poder sobre o cuidado da casa, ganhando *status* e certa independência e respeito social, cabia ao homem conduzir a família. Este modelo de organização familiar e social, apesar das críticas e das novas possibilidades familiares, permeia a mentalidade dos indivíduos de nossa sociedade, numa estruturação social centrada no estabelecimento de espaços de atuação para o homem e para a mulher.

No decorrer das constituições sociais humanas, o homem foi dotado da atuação na vida pública e o controle familiar, na formatação das aparentes prerrogativas da masculinidade. A mulher, condicionada a posição de reclusão e subserviência familiar foi tutelada pelo homem, decorrente da preponderância deste que recusava a participação da mulher nas posições de poder.

² A família monogamia é entendida como a organização familiar na qual ocorre o fortalecimento dos laços matrimoniais baseados no domínio do homem sobre a mulher. sobre o assunto, ver ENGELS, 2009.

Assim, desde a antiguidade, a medida que o homem passa a exercer a condição de agente do trabalho externo às práticas do lar, a mulher ficou ligada a naturalidade da gestação e aos cuidados com os filhos, sendo pressionada a se recolher ao espaço das atividades domésticas. As relações entre os sexos recaíram na bipolaridade homem/mulher, que na instância social, foi consolidada e adotada como de caráter de naturalização social.

Na Idade Média, as mulheres embora estivessem presentes no campo de batalha ao lado dos homens combatentes, e em alguns casos participando diretamente do combate, tiveram na percepção dos cronistas da época, a condição de auxiliadora do homem (PERNOUD, 1993: 39). Nota-se que em muitos dos casos existe um afastamento entre a real atuação da mulher na sociedade ao longo da história e o padrão comportamental considerado ideal, estabelecido e perpetuado pela sociedade por meio dos seus interlocutores e que influenciaram ao longo dos séculos na construção da padronização do papel social relativo à mulher.³

Ainda na Idade Média outros elementos favoreceram a não abertura de novos horizontes à participação da mulher na sociedade. Centrado no radicalismo religioso, ela foi encapsulada pela Igreja na condição de agente do mal, uma vez representante da Eva, a mulher bíblica que permitiu a entrada do mal no mundo a partir da atenção dada a serpente. A mulher, no entendimento religioso medieval, era dada ao descontrole da curiosidade, além de ser voltada à transgressão e vista como a corruptora dos valores civilizados e corretos.

No período historicamente compreendido como “moderno” a mulher se localizava socialmente entre duas opções de mundo. Em uma opção a mulher seria vista como a “Virgem mãe”, desconexa dos prazeres sexuais que remetem ao mau, protetora e atenciosa para com os filhos, reclusa no lar e livre das influências mundanas que poderiam leva-la a perdição. Na outra opção, a mulher seria considerada igual à Eva, uma mulher perdida, sedutora, consumida pela sexualidade e pelo mal, agente das vontades maléficas prejudiciais à sociedade (BRANDEN, 1992:30).

³ Especificamente em relação ao Brasil, DIAS, 1995:37 reforça esta compreensão ao estudar o cotidiano das mulheres em São Paulo durante o século XIX e afirmar que os relatos escritos tendiam a reforçar naquela época os estereótipos vinculados ao comportamento feminino dentro de um quadro de preconceitos relativos as limitações impostas a mulher.

A primeira mulher, a sacerdotisa do lar, era aquela que vivia afastada das impurezas do pecado, possuidora de preocupação em se tornar forte no controle da sexualidade, praticante da reclusão das influências diabólicas e da exposição ao mal, que poderiam levar não só a si mesma, mas também o homem a perdição. As compreensões organizadas ao longo do tempo em relação à condição da mulher na sociedade levaram ao entendimento da mulher como “*veículo da perdição da saúde e da alma dos homens*” (DEL PRIORE, 2011: 29). Delineada pela construção da imagem negativa da mulher, a vida sob a tutela do homem era visto como algo fundamental para a manutenção da mulher como livre da influência maligna.

A mulher, ao longo da história, foi entendida como um ser de negatividade, tornando-se a representação do mal e da corrupção. A percepção organizada a partir deste entendimento favoreceu a negação das atividades públicas à mulher num quadro de distinção onde ela era vista como detentora do poder de prejudicar a sociedade ordenada pelos homens.

Inserida nesse imaginário coletivo de idealismo comportamental e tendo o cuidado inicial dos filhos durante a sua infância como uma das suas funções socialmente estabelecidas, a mulher passou a reproduzir na educação de sua prole os valores constituídos como dignos a mulher honrada, fortalecendo os códigos de comportamento vigentes na sociedade, reforçando os padrões comportamentais elaborados e construídos ao longo da história que perduram até nossos dias.

Fora do âmbito familiar, a formação das concepções relativas ao ser mulher encontrou forte amparo e apoio nas instituições religiosas, que procuravam controlar a sociedade e família a partir do domínio sobre a mulher. Centrando-se principalmente nas questões relativas ao “risco” da prática sexual, o domínio sobre o feminino se fez enquanto bandeira de luta da Igreja na sociedade moderna. A Igreja buscava criar padrões de conduta que impelisse os comportamentos indesejados para fora do ideal por meio do controle das práticas femininas. Por exemplo, se embelezar na visão da Igreja representava o aumento da “*inclinação pecaminosa*”, uma “*alteração da obra do Criador, que modelara seus filhos à sua imagem e semelhança*” (DEL PRIORE, 2011: 29).

Na busca pelo controle da mulher e assim das práticas femininas, a compreensão da Igreja, fortalecida pela medicina, fez do amor e da sexualidade, sinônimos de doenças capazes de corromper o ser humano. Sendo doença, o controle e a cura do prazer sexual exigiam tratamento. Desta percepção resultaram o estabelecimento de normas de condutas para as mulheres onde a maternidade foi consolidada como a prática primária da mulher, ou seja, o aparato biológico da mulher que lhe permite gerar descendentes é um dos elementos que favoreceu sua fixação no papel social que lhe cabia. A possibilidade de ser mãe resultou na constituição da naturalização do amor materno como primazia feminina. O amor pelo filho se estabeleceu na compreensão humana a partir da influência religiosa como natural para a mulher, uma vez que ela, e não o homem, fora dotada por Deus para ser a geradora de sua prole.

As correspondências entre os primeiros padres da ordem dos jesuítas que vieram para o Brasil, enviadas à Europa ainda no século XVI, relatavam a preocupação com a questão da sexualidade como um empecilho para a prática da evangelização do Brasil considerando aqui, como uma terra dada ao “vício da carne”. Como solução para este problema, foi apresentada a necessidade da cobertura dos corpos indígenas que expostos favoreciam a lascívia e o pecado. *“Esta atitude primordial dos jesuítas em 1549, logo após o desembarque ficou sendo a atitude fundamental mantida durante esses quinhentos anos de evangelização”* (HOORNAERT, 1993: 15).

Del Priore (DEL PRIORE, 1993), ao observar as atitudes da Igreja em relação à mulher no Brasil colonial, descreve o estabelecimento do casamento enquanto dispositivo útil ao controle social da Igreja sobre a sociedade resultando no seu fortalecimento enquanto instituição hegemônica. Esta estrutura ligada ao controle do matrimônio pela Igreja não somente fortalecia seu poder sobre os indivíduos, como também promovia o controle masculino sobre a sociedade à medida que defendia a posição submissa da mulher.

Na busca pelo estabelecimento da disciplina para a mulher dentro do casamento, fortalecendo sua condição de sacramento vital para a organização social, o que fortaleceria o papel da Igreja na vida das pessoas, se recorria as estruturas pejorativas construídas por autores religiosos no decorrer da história (DEL PRIORE, 1993: 176).

A busca pelo controle da mulher e da sociedade, levou a Igreja a adotar um caráter antifeminista. O fortalecimento do cristianismo no continente europeu durante o período medieval favoreceu a perda dos direitos conquistados pelas mulheres durante o período anteriores. Não que a mulher romana tivesse condição de igualdade perante o homem durante a antiguidade romana, mas, por exemplo, a autoridade perante os escravos e organização do domicílio conquistada em Roma fora reduzida com o advento da Idade Média. A mulher medieval era um elemento subordinado ao homem ao ponto de se questionar a existência ou não de alma das mulheres. (BRANDEN, 1992: 30)

Na percepção cristã, segundo Branden (BRANDEN, 1992: 30), a mulher deveria aceitar uma condição de inferioridade em relação ao homem em consonância com a padronização de hierarquização social que remontava a relação entre o homem e Deus, onde a criatura, subordinada submetesse ao poder e autoridade inquestionável do outro.

Esta construção teórica religiosa cristã quanto ao relacionamento entre o homem e a mulher teve forte amparo na observação seletiva dos textos bíblicos em favor do poder do homem, uma vez que a pregação de Cristo tinha em seu discurso um caráter igualitário e não apregoava a estratificação comportamental entre o homem e a mulher (BADINTER, 1985: 33).

A Igreja restringia a atuação da mulher na sociedade, fortalecendo o papel do homem e exercendo o controle sobre sua sexualidade. A figura feminina foi convertida em objeto de perdição, limitada ao espaço privado da vida. Desta forma, a Igreja enquanto instituição hegemônica, teve papel importante na consolidação do estereótipo do modelo comportamental feminino na sociedade.

À medida que impunha regras de comportamento, controlava a sexualidade e o matrimônio enquanto momento no qual a família sob sua tutela oficialmente se constituía, a Igreja organizava a limitação da mulher em relação ao poder e envolvimento nas questões de ordem pública. Para a religião e conseqüentemente a sociedade por ela controlada, a mulher honrada, e vista como ideal a ser seguido deveria ser controlada e mantida conexas ao espaço do ambiente privado familiar e excluída de qualquer envolvimento de tomada de decisões,

pois esta prática era socialmente percebida como aquela que deveria ser exercida pelo homem (NADER, 2001: 79).

A perseguição e pressão sobre a mulher exercida pelas instituições de poder, como o Estado, que garantiu ao longo da história a autoridade do homem como um direito⁴ e a Igreja, que aliada ao ideal masculino burguês, utilizou sua influência sobre a mentalidade e comportamento dos indivíduos ao longo da história, resultou no estabelecimento ideológico do poder centrado no homem e autoridade sobre a sociedade e a família.

Em ressonância à compreensão da Igreja e do Estado, trilhava a medicina, que atuando como segmento do poder público, apresentou argumentos técnicos a fim de comprovar a fragilidade da mulher em relação ao homem. Numa visão elaborada durante os séculos, desde a antiguidade, a Medicina dotou a mulher de caráter biológico frágil, onde diante das vivências públicas, a mulher estaria se expondo e arriscando o outro espaço consolidado como sua principal ocupação social, o cuidado com a família.

A mulher foi “naturalizada” como de *status* inferior, chegando a ser “comparada por alguns médicos à galinha, que tinha por exclusiva função portar os ovos” (DEL PRIORE, 2011: 34). Esta visão deturpada e subordinada da mulher foi algo tão consistente e organizado que a busca pela compreensão da sexualidade e a recusa do prazer levou a constituição de manuais de Medicina no início da modernidade. Em 1599, o título de um desses manuais expressa a visão da Medicina. Intitulado *O antídoto do amor* (DEL PRIORE, 2011: 31), denotava a ideia do amor e conseqüentemente, o prazer como uma doença, passível de cura. Observava que as reações percebidas nos indivíduos “contagiados” apresentariam características patológicas de doença.

Ligia Bellini, no artigo, *Concepções do corpo feminino no Renascimento: a Propósito de universa mulierum medicina, de Rodrigo de Castro (1603)*. Presente no livro, *O corpo feminino em debate*, publicado em 2003, descreve que 1603, uma publicação de autoria de Rodrigo de Castro, intitulada, *De universa mulierum medicina*, ainda que se colocasse como

⁴ No caso brasileiro, por exemplo, Samara (1989: 108) apresenta que no caso brasileiro, desde o período colonial a literatura e os documentos favoreciam o estabelecimento da subordinação da mulher e filhos ao poder do homem, que por sua vez parte da condição de provedor e protetor.

um elemento de ruptura das visões ligadas a antiguidade em relação à visão mística do corpo da mulher, se constitui pautado nos binômios construídos relativos ao homem e a mulher.

Mesmo eventos de grande impacto sobre a sociedade como a Revolução Francesa, inspirada nos ideal de igualdade, liberdade e fraternidade, não proporcionou grandes alterações na percepção da posição da mulher. Rousseau (ROUSSEAU, 2011: 24). ao escrever o Contrato Social, não favoreceu qualquer preocupação com questões relacionadas ao direito da mulher e sua inclusão nos debates políticos, mas fortaleceu a compreensão do domínio econômico familiar pautado na condição do homem em prover aquilo que for necessário para a sobrevivência, a partir da explanação sobre as primeiras sociedades. Na compreensão do Rousseau os vínculos entre os indivíduos, no caso, pais e filhos, se mantêm enquanto existir a dependência econômica, na qual aquele que provem, exerce o poder. Desta forma, a família se apresentaria também como o espaço primário da autoridade do homem, o pai e chefe da família.

Para Nolasco, o iluminismo por meio das produções de seus teóricos “*agrega discussões ainda presentes na representação que os homens fazem deles mesmos*” (NOLASCO, 1995: 32), atendendo aos interesses e representações dos homens, colocando-os em posição de destaque e controle da sociedade.

Corroborando na explanação do pensamento moderno, a percepção de que mesmo os teóricos iluministas que são apresentados como agentes de ruptura das estruturas ideológicas prevalentes em sua época, não favoreceram a integração da mulher ao espaço público do poder. Suas interpretações, não construíram entendimentos diferenciados daqueles que vieram antes deles quanto à participação da mulher, uma vez que,

Ao aceitarem a divisão secular de uma pessoa, entre metades conflitantes de corpo e espírito, asseguraram que a paixão física e a valorização espiritual permaneceriam igualmente sem integração nas relações entre homens e mulheres (BRANDEN, 1992: 37).

Desta forma, fatalmente os agentes intelectuais da Revolução Francesa também colaboraram na estruturação do pensamento da limitação do papel social das mulheres aos estereótipos constituídos quanto ao feminino, da mulher reclusa ao espaço privado e afastada do espaço público (HUNT, 2009: 43) . Apesar do caráter transformador da Revolução Francesa, o

peso das tradições mantiveram firmes as estruturas prevalentes para o público e o privado (PERROT, 2009: 79). , em um quadro onde os desdobramentos das transformações propostas pelos iluministas não produziram de imediato a libertação da mulher (GONÇALVES, 2006: 19).

Estas constituições históricas favoreceram de forma crescente ao ápice da reclusão da mulher ao espaço privado vivido no século XIX (HUNT, 2009: 45). Mesmo a industrialização não rompeu, mas favoreceu o fortalecimento dos antigos estigmas relacionados à mulher. As percepções organizadas ao longo do tempo favoreceram o desenvolvimento da preocupação quanto à atuação da mulher em atividades que “naturalmente” não eram vistas como suas. Uma mulher burguesa que tivesse uma ocupação rentável, não era vista como feminina (HALL, 2000: 71).

No contexto do desenvolvimento do capital, ocorreu a sua integração ao patriarcado, no sentido de manter a mulher na condição de segredada social, de baixa renda e assim dependente do homem (BRUSCHINI, 1990: 50). Em meio à classe operária, a presença da mulher na mesma ocupação, era vista como negativa, pois representaria uma ameaça aos ganhos dos trabalhadores que teriam seu salário mantido baixo (HALL, 2009. p.72).. Desta forma, mesmo a passagem dos séculos marcados pela industrialização, o XIX e XX, a identidade forjada ao longo do tempo, pautada pelo domínio do homem ganhou força impondo os aspectos anatômicos como elementos produtores da hierarquização do trabalho entre os sexos.

A compreensão da mulher como inferior ao homem foi organizada ao longo dos séculos atendendo aos interesses dos homens na busca pela manutenção do poder, dentro de uma estrutura social machista. Esta construção favoreceu o estabelecimento de interdições sobre a mulher que podem ser percebidas ainda hoje em praticamente todas as sociedades do mundo.

Apesar destas constituições históricas quanto ao feminino, de fato não se pode apelar para um determinismo, alegando que as mulheres simplesmente durante a história se posicionaram de forma inferior. Apesar da longa pressão do homem pela busca do controle

da familiar, a mulher ao longo da história procurou seu espaço de atuação. Nesse sentido é importante frisar o trabalho de Samara⁵ que expõe, por exemplo, que em São Paulo, desde o final do século XVIII, mulheres trabalhavam para o sustento de suas famílias, destacando que a libertação econômica se fez como elemento propiciador de um questionamento em relação a sua situação, dando-lhe autonomia e ampliando sua esfera de influencia. Para Samara o entendimento da mulher enquanto submissa ao homem que vivia a posição de detentor do poder, não pode ser observado como uma via de mão única, uma vez que “*a própria natureza do sistema patriarcal e a divisão de incumbências no casamento criaram condições para a afirmação da personalidade feminina, dada a sua influencia direta junto à família*” (SAMARA, 1989: 106).

Assim, devemos compreender a mulher na história como um elemento que sofreu fortes pressões para o desenvolvimento de um condicionamento social, controlado e submisso, mas que, no entanto foi capaz de aproveitar as brechas oferecidas pelo sistema social e buscar seu próprio posicionamento, mesmo nas sociedades mais machistas como a patriarcal.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICAS.

⁵ SAMARA: 157.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*; Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRANDEN, N. *A psicologia do amor romântico*. RJ: Imago, 1992.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DEL PRIORE, Mary Del. *As atitudes da igreja em face da mulher no Brasil colonial*. In MARCILIO, Maria Luiza (org). *Família, mulher e sexualidade no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

ECCEL. Claudia Sirelangelo. ALCADIPANI. Rafael. *(Re)descobrimos as masculinidades*. in Maria Ester de. DANTAS, Marcelo. (orgs) *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ENGELS, Frederich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 2009.

HALL, Catherine. Sweet home. In *história da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. PERROT, Michelle (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOORNAERT, Eduardo. *A questão do corpo nos documentos da primeira evangelização*. In MARCILIO, Maria Luiza (org). *Família, mulher e sexualidade no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HUNT, Lynn. *Revolução Francesa e vida privada*. In *história da vida privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. PERROT, Michelle (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORGADO, Belkis Frony. *A solidão da Mulher bem casada: um estudo sobre a mulher brasileira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1985.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª edição rev. Vitória: Edufes/Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.

NOLASCO. 1984. Apud BAUNILHA, Eduardo Fernando. *Paternidade – Além do Senso Comum*. Vila Velha: Grafica Prime LTDA. 2010.

PERNOUD, Régine. *A mulher nos tempos das cruzadas*. Campinas. SP: Papyrus, 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, Século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SAMARA, Eni de Mesquita. *La mujer em la historiografia latino-americana reciente*. In. SANCHEZ, Jorge Nûnez. *Historia de la mujer y la família*. Quito: Ed. Nacional.

SENNETT, Richard. *O declínio do Homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VEYNE, Paul. *O Império Romano*. História da vida privada, 1: do Império Romana ao ano mil. Org. Paul Veyne; Tradução Hildegard Feist, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.